

ARTIGO

Recebido em 29 de março de 2022
Aprovado em 03 de novembro de 2022

A uilica entre fontes literárias e epigráficas: desvelando mulheres escravas em posições de chefia no mundo rural romano

The *uilica* between literary and epigraphic sources:
unveiling female slaves in leading positions in the Roman countryside

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v8i2.51047>

José E. M. Knust

Doutor em História pelo PPGH-UFF e Professor de História do Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé.

E-mail: zeknust@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3295-9107>

RESUMO

As melhores fontes que temos para estudar as propriedades rurais da classe dominante romana, os tratados sobre o campo de Catão, Varrão e Columella, dão grande peso às hierarquias quando tratam dos trabalhadores, sobretudo quando especificam que se referem a trabalhadores escravizados. Entre as figuras em posição de chefia que aparecem nestes tratados, encontra-se uma posição especificamente feminina, a *uilica*. De maneira geral, esta figura recebeu pouca atenção da historiografia, sendo considerada uma posição relacional determinada pela figura do *uilicus*, essa sim central nas análises tradicionais sobre a economia rural romana. Nesta perspectiva, a *uilica* não seria nada mais que a esposa do *uilicus*. Os estudos da historiadora austríaca Ulrike Roth, porém, colocaram convicentemente esta premissa abaixo. Este texto busca apresentar esse debate, mostrando como novas abordagens às fontes literárias tradicionais são importantes.

Palavras-chave: Escravidão romana. Economia romana. Trabalho feminino. Agrônomos latinos. *Vilica*.

ABSTRACT

The treatises on the countryside by Cato, Varro, and Columella are our best sources for studying the Roman ruling class's rural estates. They emphasize hierarchies when dealing with workers, mainly enslaved workers. The *uilica* is a crucial female leading position that appears in these treatises. In general, this figure has received little attention from historiography, being considered a relational position determined by the *uilicus*, which is central in traditional analyzes of the Roman rural economy. In this perspective, the *uilica* would be nothing more than the wife of the *uilicus*. However, the studies of the Austrian historian Ulrike Roth convincingly put this premise down. This text presents this debate, showing how new approaches to traditional literary sources are essential.

Keywords: Roman slavery. Roman economy. Women's labor. Latin agronomists. *Vilica*.

A economia romana era uma economia agrária. Isso tem por consequência, entre outras coisas, que a classe dominante romana tinha em formas diversas de exploração do trabalho agropastoril uma de suas fontes fundamentais para a reprodução de sua condição social¹. Um elemento central para isso era seu controle sobre vastas porções de propriedades privadas de terra – fossem grandes latifúndios, fossem conjuntos de muitas terras de menor dimensão. Essa classe dominante era, contudo, eminentemente urbana, sendo as cidades romanas um *locus* fundamental de articulação do seu poder político. Diante disso, essas classes dominantes organizavam formas diversas de exploração absenteísta dessa propriedade da terra.

Pelo que os textos antigos nos permitem saber, duas formas básicas de exploração absenteísta coexistiam, e eventualmente se mesclavam. A primeira se baseava em formas diversas de arrendamento de parcelas de terras para camponeses livres (*coloni*) ou fixação de camponeses escravizados (*serui quasi coloni*). A segunda se baseava na organização de um empreendimento produtivo que utilizava trabalhadores fixos escravizados e trabalhadores sazonais contratados entre os camponeses da vizinhança (que podiam ser arrendatários do proprietário ou não). Em ambos os modelos, e nas suas variações mistas, parece ter havido um elemento fundamental para a administração das atividades produtivas e controle dos trabalhadores: a hierarquia de chefes que administram o trabalho². Nas melhores fontes que temos para estudar a realidade dessas propriedades, os tratados sobre o campo escrito por membros dessa classe dominantes, a saber Catão, Varrão e Columella, praticamente todas as passagens que se referem a trabalhadores trazem menção a alguma figura de chefia.

O uso dessas fontes literárias – tão centrais para o estudo da história econômica e social do mundo rural romano – precisa levar algumas questões importantes em consideração, porém. Posições metodológicas mais céticas sobre a relação entre o conteúdo destes textos e a realidade histórica antiga ganharam espaço desde os anos 80. Diferentes autores demonstraram como é possível perceber que a escolha de temas e seu tratamento pelos “agrônomos” é perpassada por preocupações mais amplas e diversas do que meramente descrever como era a realidade econômica e social do mundo rural romano³. Assim, mais do que manuais agrários, esses textos precisariam ser entendidos como artefatos literários, culturais e ideológicos complexos.

Isso não significa, por outro lado, que estes textos não tenham nada a nos dizer sobre história econômica e social e sirvam apenas para o estudo da cultura ou da ideologia romanas. Se as abordagens mais tradicionais nos levavam a equívocos por não serem capazes de compreender adequadamente o que estes textos podiam nos dizer, abordagens mais céticas acabam nos privando de um manancial de informações que estudiosos sobre outras sociedades antigas não têm à sua disposição. É por isso tão importante desenvolver métodos de análise destes textos que nos permitam vislumbrar informações relevantes sobre a economia e a sociedade romanas reconhecendo as questões postas pela crítica mais cética.

¹ GARCIA MACGAW, Carlos. “The Slave Roman Economy and the Plantation System”. In Laura Graca e Andrea Zingarelli (org.). *Studies on Pre-Capitalist Modes of Production*. Leiden: Brill, 2015.

² MARÓTI, Egón, “The *Uilicus* and the Villa-System in anient Italy”. *Oikumene*, vol.1, 1976.

³ GREEN, Carin. “Free as a bird”: Varro De Re Rustica 3. *American Journal of Philology*, v. 118, n. 3, 1997; REAY, Brendon. Agriculture, Writing, and Cato’s Aristocratic Self-Fashioning. *Classical Antiquity*, v. 24, n. 2, 2005, p. 331–361; Joly, Fábio Duarte. “Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela”. *Revista Brasileira de História* 23, nº 45, 2003, p.281–99.

O caminho para isso passa por reconhecer que as prescrições presentes nesses “manuais” são produzidas dentro de um quadro conceitual produzido por contextos político-ideológicos, culturais e literários, mas que precisam lidar com e pretendem intervir (de maneiras diversas e complexas) em contextos econômicos e sociais específicos⁴. Neste artigo buscarei mostrar como o estudo das figuras de escravizados em posição de chefia pode servir como um bom exemplo de como fazer isso. Mais especificamente, focarei em uma figura de chefia em particular, a *uilica*, justamente por conta do fato de representar uma figura feminina – o que faz sua análise carregar uma série de problemas ligados a pressupostos e premissas estabelecidas pelas nossas estruturas de gênero.

O destaque à hierarquia e à chefia nas prescrições de Catão, Varrão e Columela precisa ser, portanto, entendido dentro do quadro econômico, político e ideológico da aristocracia romana que produziu tais textos. Isto significa que o contexto político-ideológico e as preocupações práticas da administração do trabalho escravo não podem ser vistos como excludentes ou mesmo divergentes na construção das estruturas conceituais presentes na composição dos tratados. Assim, em uma sociedade tão marcada pelo patriarcalismo e pela preocupação com hierarquias, não é surpreendente que este aspecto seja enfatizado nos tratados, reproduzindo conceitos e abordagens recorrentes em outras temáticas. Isto é, estes elementos conceituais centrais na cosmovisão das classes dominantes romanas se concretizam discursivamente quando seus membros compõem reflexões sobre aspectos diversos da vida, e sua presença nos discursos sobre a administração do trabalho também precisa ser compreendida dentro destes quadros.

Isso não significa, contudo, que o problema da chefia e da hierarquia não respondesse a necessidades pragmáticas da administração da mão-de-obra. Frente à necessidade de os senhores de terra serem absenteístas, a importância da chefia é gigantesca. Jerzy Kolendo afirma que é a estrita vigilância que permite o escravismo se tornar uma forma de trabalho bastante eficiente e produtiva⁵, e esta vigilância, no caso de um senhor absenteísta, precisa, entre outras coisas, de um sistema hierárquico de chefias leal e eficiente. Além da produtividade, a forma de vigilância permitida por este sistema de chefia garantia outras vantagens para o sistema escravista, especialmente na questão do controle. Silvia Hunold Lara, em um trabalho sobre fazendas escravistas na região de Campos dos Goytacazes, mostrou a importância do feitor como figura de mediação da violência entre o senhor e o escravo. Segundo a historiadora brasileira, o feitor era uma figura da violência e de regulação do trabalho, servindo de intermediário na relação senhor-escravo. Essa intermediação era importante por permitir o afastamento do senhor do exercício direto da violência, que inclusive permitia o senhor agir como pessoa a quem os escravos apelavam em caso de abusos do feitor⁶. Ou seja, este papel de intermediário dos chefes na aplicação da violência permite ao senhor não só se afastar da aplicação direta da violência, mas servir como uma espécie de árbitro de possíveis conflitos entre o aplicador da punição, o chefe, e os escravos.

Dessas figuras, a mais recorrente é o encarregado pela administração da propriedade, designado pelo termo latino *uilicus*. Ele é normalmente associado com a condução do trabalho fixo dos escravos numa

⁴ KNUST, José Ernesto Moura. “Entre a literatura agrária latina e a economia rural romana: elementos discursivos e aspectos econômicos em Catão e Varrão”. *ALÉTHEIA - Estudos sobre Antiguidade e Medievo* n° 1, 2017, p.105-122.

⁵ KOLENDO, Jerzy. *L'agricoltura nell'Italia romana: tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda repubblica al principato*. Roma: Riuniti, 1980, p.198-199.

⁶ LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência*. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988, p.166.

propriedade não-arrendada, mas podiam ser utilizados também para fiscalizar a produção de arrendatários⁷. A presença dos *uilicus* nos tratados de agronomia romanos, assim como em diversos outros textos que fazem menção ao mundo rural, é bastante marcante, mostrando sua grande importância. Porém, estes não eram as únicas posições de chefia mencionadas nestes tratados: termos como *uilica*, *epistatae*, *magister pecoris* e *custos* também se referiam a posições de autoridade frente aos trabalhadores.

A identificação desses chefes como escravos é bastante usual na historiografia, mas não pode ser tomada como pacífica a partir de uma leitura simples dessas fontes literárias. Na verdade, elas não fazem uma associação tão direta entre o cargo e o estatuto jurídico. De toda forma, tendo o *uilicus* como referência primordial, pois é sobre o chefe que temos mais informações, é possível afirmar que esses chefes deviam realmente tender a ser escravos em sua grande maioria. Rhona Beare mostrou em um pequeno artigo que a referência mais utilizada para se contestar esta identificação (isto é, para se falar em *uilici* livres), uma passagem de Columella que se refere a *mercennarii* empregados como *uilici*, na verdade não sustenta tal proposição. Segundo Beare, o mais provável é que tais *mercennarii* fossem escravos, ou no máximo libertos, “alugados”⁸. Porém, a conclusão de Beare, de que os *uilici* nunca eram livres de nascimento, é considerada abusiva por outros historiadores que se debruçaram sobre o tema, especialmente Walter Scheidel, que identificou inscrições no norte da África que apontam *uilicus* de origem livre⁹. Assim, mesmo que, de fato, os *uilici* sejam identificados nas fontes prioritariamente como escravos, as evidências sobre *uilici* livres precisam ser tratadas com cautela, não podendo ser desconsideradas de antemão¹⁰.

Nos tratados, não existem informações diretas que nos permitam ser categóricos em afirmar que os *uilici* eram escravos. Ao falar dos trabalhadores empenhados no trabalho agrícola (em geral, não só o *uilicus*), estes textos se referem majoritariamente à função ou especialização destes¹¹. Porém, Said El Bouzidi corretamente considera que, se realmente não podemos encontrar nesses autores uma identificação direta do *uilicus* com o *estatuto jurídico* servil, claramente há uma aproximação deste com uma *condição* servil: ele age apenas segundo as ordens do senhor, não estabelece qualquer relação (seja com outras pessoas seja com o divino) sem a permissão do senhor, aceita a mulher que o senhor escolhe para ele, entre outros pontos¹². O mesmo pode ser estendido para as outras posições de chefia que aparecem nos textos antigos.

Neste trabalho me deterei especificamente sobre a figura da *uilica*, uma escrava em posição de chefia. Diante da dificuldade que temos para visualizar a figura feminina no contexto do trabalho rural imposta pelo silenciamento das mulheres pelos textos antigos, essa figura emerge como um estudo de caso importantíssimo, dado que sobre ela existem informações significativas. É verdade que Varrão faz menções sem qualquer profundidade, citando-a apenas em referência aos problemas que o conselho de Catão sobre quantos escravos ter em uma propriedade causaria. Catão, porém, dedica todo um capítulo (o

⁷ CARLSEN, Jesper. *Vilici and Roman Estate Managers until AD 284*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1995, p.104ss.

⁸ BEARE, Rhona. “Where Bailiffs ever free Born?”. *The Classical Quaterly*, Vol.28, nº 2, 1978.

⁹ SCHEIDEL, Walter, “Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World”. *The Classical Quaterly*, Vol.40, nº 2, 1990.

¹⁰ CARLSEN, *op.cit.*, p.68.

¹¹ DUMONT, Jean Christian. “La villa esclavagiste ?” *Topoi* 9, nº 1, 1999.

¹² EL BOUZIDI, Said “Le vocabulaire de la main-d’oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*, v.25, nº 1, 1999. p.75.

CXLIII) de sua *De Agri Cultura* a considerações sobre ela, que começa com obrigações do *uilicus* sobre a *uilica*, mas que é dedicado em sua maior parte às obrigações da própria *uilica*. Columela, por sua vez, dedica todo um livro, o décimo segundo, à *uilica*, sendo que as considerações sobre a *uilica* propriamente dita ocupam os quatro primeiros capítulos desse livro, enquanto os capítulos seguintes são uma sequência de receitas de tipos variados, provavelmente sugeridos a serem realizadas pela *uilica*.

A *uilica* sempre foi identificada como a esposa do *uilicus*. As excelentes traduções de Catão e Varrão para o português, feitas por Matheus Trevizam, por exemplo, traduzem o termo por “esposa do administrador”¹³. Porém, em um convincente artigo, Ulrike Roth ataca severamente o que ela chama de uma pré-concepção acrítica. Segundo a historiadora austríaca, a visão androcêntrica dominante (tanto em nossa sociedade quanto no mundo dos autores das nossas fontes) impediu a historiografia de estudar a *uilica* em seus próprios termos.

Todos os estudos dedicados a *uilla* sempre relegaram a *uilica* a um status associativo – isto é, torna-se uma *uilica* a mulher que se casar com o *uilicus* ou a mulher do escravo que se tornar um *uilicus*¹⁴. Como Roth mostra, existem pouquíssimos indícios nas fontes que nos permitiriam referendar essa visão, e todos eles são extremamente frágeis. Em Varrão, não há qualquer passagem que permita identificar a *uilica* como mulher do *uilicus*. Em Catão, há uma instrução clara sobre o *uilicus* ter que aceitar a *uilica* como esposa (Catão, *De Agri Cultura*, CXLIII.1), porém isto pode ter duas interpretações possíveis. Partindo do pressuposto que a *uilica* é necessariamente a mulher do *uilicus*, poderíamos pensar que Catão está indicando a possibilidade de o senhor escolher a escrava que se casará com o *uilicus*, e por conseguinte se tornará a *uilica*. Porém, Roth indica uma interpretação muito mais verossímil: Catão está indicando a possibilidade de obrigar o *uilicus* e a *uilica* de uma propriedade, que já teriam estes cargos independentemente de qualquer união conjugal, de se casarem um com o outro¹⁵.

Em Columella, Roth identifica uma passagem significativa (Columella, *De Re Rustica*, XII.I.1-2) na qual se faz menção aos esposos do *uilicus* e da *uilica* utilizando para ambos o termo *contubernalis*, e sem qualquer referência ao fato de que eles seriam o tal *contubernalis* um do outro¹⁶. Em outras fontes literárias, Roth demonstra, nunca há a ideia de que a mulher do *uilicus* é a *uilica*: por exemplo, na peça *Casina*, de Plauto, a escrava que dá nome a peça é cortejada por um *uilicus*, e em nenhum momento a possibilidade de casar-se com este leva a menção de que *Casina* se tornaria uma *uilica*¹⁷.

São as fontes epigráficas, contudo, que sustentam com mais força a hipótese de Roth de que a *uilica* não era necessariamente a esposa do *uilicus*. E aqui temos um excelente exemplo do uso do material epigráfico para sustentar uma leitura à contrapelo das fontes literárias.

Segundo seu estudo, em 194 inscrições encontradas na Itália existem referências a *uilicus*, e apenas seis mencionam a *uilica*, sendo que duas destas mencionam *uilicus* e *uilica*. De todas essas 198 inscrições, 45 falam em parceiras do *uilicus* ou parceiros da *uilica*. Em todo este *corpus* documental, apenas duas

¹³ TREVIZAM, Matheus. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 2006.

¹⁴ ROTH, Ulrike, “Inscribed Meaning: The *Vilica* and the Villa Economy”. *Papers of the British School at Rome*, vol.LXXII, 2004, p.102-103.

¹⁵ *Ibidem*, p.112.

¹⁶ *Ibidem*, p.111-112.

¹⁷ *Ibidem*, p.113.

inscrições, aparentemente, se referem ao *uilicus* e a *uilica* como um casal. Por outro lado, uma inscrição se refere ao esposo da *uilica* sem chamá-lo de *uilicus* e 42 inscrições se referem a esposa do *uilicus* por termos diversos (*coniunx*, *conserva*, *contubernalis*, *uxor*, entre outros) que não *uilica*. É possível que algumas dessas esposas indicadas como *coniunx*, *conserva* ou outros termos fossem *uilicae*, mas como argumenta Roth, isso não é muito provável. Dentro do hábito epigráfico romano, a ostentação de títulos ligados a ofícios que garantiam destaque dentro do grupo social em que os mencionados viviam, como seria o caso de uma *uilica*, era extremamente recorrente, e não faria sentido, neste contexto, que tantas *uilicae* desprezassem a possibilidade de utilizar tal título nas inscrições.

Acima de tudo, porém, mesmo em uma das inscrições em que *uilicus* e *uilica* são identificados como um casal, podemos perceber que esta realidade não era necessária e óbvia. O texto inscrito na estela funerária erguida pelo *uilicus* Felix em homenagem a sua esposa Veneria indica a homenageada tanto como *uilica* de uma propriedade como *coniunx* de Felix. Isto é, o título *uilica* não foi utilizado para determinar que Veneria era esposa de Felix – sua presença se devia a identificação do ofício e do *status* da homenageada, e sua condição de esposa era identificada por outro termo, *coniunx*¹⁸.

A existência do que seria uma família escrava formada pelo *uilicus* e pela *uilica* é parte importante da discussão sobre existência ou não de unidades familiares entre os escravizados no mundo romano. Estaríamos diante de um exemplo difundido entre os escravizados ou de uma situação excepcional pela posição de poder desempenhado por esses escravos? A análise de Roth não significa, porém, que se deve questionar essa existência a partir da ideia de que *uilicus* e *uilica* não serem necessariamente um casal. Muito pelo contrário, está claro que *uilicus* e *uilica* usualmente constituíam famílias e, como argumenta Roth em outros trabalhos, é bem provável que os escravos que não estavam em posição de chefia também constituíam famílias¹⁹.

O ponto de Roth é que a figura da *uilica* não deveria ser restringida ao problema do estudo da família, porque esta não seria a nomenclatura de uma posição familiar (a esposa do *uilicus*) mas um ofício. Ela acredita que a *uilica* era responsável por comandar o trabalho feminino da propriedade rural, que seria fundamental no que ela chama de “setor industrial” da economia da *uilla*, isto é, a produção manufatureira de tecidos e outros tipos de produtos na sede da *uilla* – que segundo Roth é severamente subestimada nas análises modernas sobre a economia da *uilla*²⁰. A ausência de menções a esse setor da produção dentro das propriedades romanas, segundo Roth, tem relação com o próprio apagamento do papel das mulheres na sociedade e conseqüente silenciamento sobre suas atividades. Em convergência com esta avaliação, Annelisa Marzano aponta também que os tratados tem como tema a agricultura, no caso de Catão, ou “as coisas do campo”, no caso de Varrão e Columela, o que faria os autores deliberadamente silenciarem sobre atividades que ocorrem nas propriedades rurais mas que não são associadas diretamente com a agricultura, no primeiro caso, ou com as coisas tipicamente campestres, nos outros dois²¹.

¹⁸ *Ibidem*, p.105-110.

¹⁹ *Idem*. *Thinking Tools: Agricultural Slavery Between Evidence and Models*. London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2007; *Idem*, “To have and to be: food, status and the peculium of agricultural slaves”. *The Journal of Roman Archaeology*, vol.18, 2005.

²⁰ *Idem*, “Inscribed Meaning...” *op.cit.*, p.103-105.

²¹ MARZANO, Annelisa, *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007.

Para além das funções desempenhadas pela *uilica* silenciadas pelas fontes, podemos perceber algumas questões nos textos antigos. Catão demonstra três grandes preocupações quando trata da *uilica*. A primeira é regular e controlar as relações sociais da *uilica* com a vizinhança. Ele demonstra a mesma preocupação com o *uilicus*. Sempre que se refere à relação do *uilicus* e da *uilica* com os vizinhos, Catão parece obcecado em impedir que relações autônomas entre estes se estabeleçam. O *uilicus* só deve considerar amigos os amigos do senhor, só dar ouvidos a quem foi ordenado que desse, não comprar nada sem que o senhor saiba, não emprestar nada sem ordens do senhor e não ter comensais. A *uilica* não deve ter intimidade com as vizinhas e outras mulheres e não as pode receber na sede ou as ter junto a si, assim como não deve deixar a sede para banquetear-se nem ficar passeando. Tudo isto mostra uma clara tentativa de disciplinarização das relações sociais destas figuras de chefia, acredito que com o objetivo de isolá-los da comunidade.

O *uilicus* e a *uilica* concentram, de fato, uma grande quantidade de recursos em suas mãos. Assim, é razoável imaginá-los utilizando tais recursos em seu proveito. A historiografia não esteve insensível a esta questão, porém, focou excessivamente as possibilidades de ganhos financeiros do *uilicus* através de ações independentes do controle do senhor²². Para além dessa questão financeira, porém, acredito que o texto deixa claro que ainda mais importante para Catão é evitar o “desvio” de recursos sociais na construção de relações sociais com a comunidade vizinha à *uilla*. A *uilla* caracteriza-se por um tipo de inserção específico no mundo rural, criando relações sociais singulares com a comunidade que garantem ganhos econômicos, sociais e políticos para a aristocracia urbana. A preocupação de Catão nessas considerações sobre o *uilicus* é disciplinarizar a atuação social deste *uilicus* para conseguir que, de fato, a *uilla* seja esta forma específica de inserção do poder supralocal na comunidade rural.

Controlando recursos diversos (como sementes, reservas de alimento, dinheiro, instrumentos, escravos, entre outros) o *uilicus* e a *uilica* poderiam utilizá-los para garantir uma posição social de grande destaque e poder junto à comunidade. O que Catão tenta fazer é impedir que eles utilizem estes recursos de maneira autônoma. As redes sociais pelas quais estes recursos circularão não podem ser criadas e controladas por eles, devem ser rigidamente controladas pelo senhor. Nas considerações sobre a *uilica*, especificamente, acaba havendo uma sobreposição dessa questão de exploração de classe com uma questão de gênero: a *uilica*, enquanto mulher, é submetida a ainda maiores controles por parte do próprio senhor e, adicionalmente, tem que se submeter ao controle do próprio *uilicus*.

Obviamente, entre os desejos de Catão e a realidade cotidiana deveria haver uma distância considerável, que inclusive deveria variar bastante caso a caso. Certamente os *uilici* e *uilicae* deveriam desempenhar papéis sociais de destaque junto às comunidades, que os senhores certamente buscavam disciplinar para conseguir os utilizar para seu próprio benefício.

A segunda preocupação que Catão demonstra com a *uilica* é disciplinarizar a relação da *uilica* com o sagrado. Mais uma vez, o mesmo é apontado em relação ao *uilicus*. Tenta-se proibir que o *uilicus* realize cultos a seu bel-prazer, apenas aqueles cancelados pelo senhor, nas encruzilhadas, nas Compitais, ou diante do altar poderiam ser realizados. Assim, pretende-se disciplinarizar a atuação do *uilicus* nos rituais religiosos, certamente um aspecto importantíssimo da sociabilidade no campo, e mesmo do que

²² CARLSEN, *op.cit.* p.74 e 85; SEERGENKO, M.E., “Vilicus”. In: Izabela Biezunska-Malowist (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1986, p.198-203.

poderíamos chamar de forças produtivas ideais (já que o próprio Catão destaca a importância de sacrifícios e oferendas aos deuses para a boa realização das atividades agropastoris, como em *De Agri Cultura*, CXXXIV, CXXXIX, CXL e CXLI). As proibições à *uilica* se referem à realização de sacrifícios, mostrando um papel central no campo do sagrado.

Por fim, existe uma preocupação em determinar atividades relacionadas a manutenção da sede e com o preparo de alimentos, tanto para o senhor quando em visita, quanto para a escravaria da casa. No tratado de Catão, existe uma série de recomendações sobre como fazer diversas atividades, que incluem uma série de receitas. Neste tratado, nada relaciona direta ou indiretamente a realização destas receitas com a *uilica*. Contudo, Columela faz essa associação diretamente, listando diversas receitas no livro dedicado à *uilica* (Columela, *De Re Rustica*, XII.IV-LVII). É interessante perceber como Columela faz uma releitura do modelo tradicional de tratado sobre o campo fazendo essa associação entre o trabalho feminino e a realização destas receitas.

Olhando para o tratado de Columela especificamente, pode-se identificar a mesma preocupação com o controle socioespacial sobre a *uilica*: ela não deve sair de casa (Columela, *De Re Rustica*, XII.I). Contudo, a forma como Columela constrói esta prescrição, associando-a com uma série de recomendações sobre características morais que a escolhida para a posição de *uilica* deveria ter, indicam que sua questão central aqui é menos de organização da exploração de classe e mais a imposição de um modelo de mulher definido pelas relações de gênero de sua sociedade – ainda que as duas coisas não devam ser entendidas como divergentes, bem pelo contrário. Reforça essa percepção a forma como Columela prescreve o cuidado da casa pela *uilica*, muito mais preocupado com a boa gestão doméstica do que com o uso desviante desses recursos (Columela, *De Re Rustica*, XII.II).

No tratado de Catão, chama a atenção o fato de nenhuma das obrigações da *uilica* tratar da relação pessoal com o resto da escravaria, com exceção do *uilicus*, o que pesa contra a hipótese de a *uilica* exercer o papel de administradora do trabalho de outras escravas, imaginado por Roth. Mesmo em Columela, em que a *uilica* aparece se relacionando com os escravos, essa relação está inserida na gestão do espaço doméstico, evitando que escravos fiquem dentro de casa se têm tarefas a realizar e cuidando dos escravos que estão enfermos (Columela, *De Re Rustica*, XII.I). Obviamente, este ponto pode estar submetido aos silêncios impostos por aspectos ideológicos da composição do tratado. Se devemos concordar com Roth sobre o fato de a *uilica* não ser *necessariamente* a esposa do *uilicus*, também há de se perceber que sua figura aparece no texto como uma espécie de substituta da senhora na administração da propriedade. Assim, as obrigações da *uilica* listadas por Catão podem estar submetidas às concepções que os homens da aristocracia romana tinham sobre a atuação das mulheres na administração da *domus*, que não coincidia necessariamente com a realidade da importância da atuação destas mulheres.

Essa hipótese é reforçada pela longa consideração que Columela faz no prefácio do livro dedicada à *uilica* sobre a divisão sexual do trabalho, entre homens que fazem o trabalho exterior à casa e as mulheres que fazem o trabalho interno à casa (Columela, *De Re Rustica*, XII.Praef.). A forma como esse prefácio acaba por determinar todas as escolhas de abordagem nos capítulos seguintes deixam claro que mais do que um tratado sobre as funções econômicas e sociais da *uilica*, esses capítulos são o esforço de fortalecimento de um padrão do que é ser mulher na sociedade romana a partir da visão de um homem da classe dominante. Isso deixa bastante aberta a possibilidade de que estes tratados silenciam bastante sobre a realidade econômica dessas mulheres escravizadas em posição de chefia com o objetivo de reforçar um

determinado ideal de mulher. Porém, esta hipótese só poderia ser testada em um trabalho de maior fôlego sobre o papel das mulheres em papéis de chefia e administração no mundo romano e a forma como tais papéis eram retratados pelos homens de sua época.

Este artigo tem pretensões mais modestas que essa. Ao longo deste texto foi demonstrado como um tipo específico de fonte literária, os assim chamados tratados dos agrônomos latinos, podem ser importantes no estudo da história econômica e social romana. Contudo, formas mais tradicionais de abordagem desses textos – que tratavam suas informações ou como modelos ideias ou como descrições de realidades generalizadas no mundo rural romano – precisam ser desconstruídas por métodos de abordagem mais preocupados com os contextos literários, culturais e ideológicos de produção desses textos. Ao mesmo tempo, o confronto com análises de outros tipos de fontes, como os textos epigráficos que nos serviram nesse exemplo, também são fundamentais. Assim, leituras a contrapelo desses textos nos permitirão ter acesso a novas informações históricas sobre a economia e a sociedade romanas.

Referências bibliográficas

- BEARE, Rhona, “Where Bailiffs ever free Born?”. **The Classical Quaterly**, Vol.28, nº 2, 1978.
- CARLSEN, Jesper. **Vilici and Roman Estate Managers until AD 284**. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1995,
- DUMONT, Jean Christian. “La villa esclavagiste ?” **Topoi** 9, nº 1, 1999.
- EL BOUZIDI, Said “Le vocabulaire de la main-d’oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté”. **Dialogues d’Histoire Ancienne**, v.25, nº 1, 1999.
- GARCIA MACGAW, Carlos. “The Slave Roman Economy and the Plantation System”. In Laura Graca e Andrea Zingarelli (org.). **Studies on Pre-Capitalist Modes of Production**. Leiden: Brill, 2015.
- GREEN, Carin. “Free as a bird”: Varro De Re Rustica 3. **American Journal of Philology**, v. 118, n. 3, 1997.
- JOLY, Fábio Duarte. “Espaço, poder e escravidão no De Re Rustica de Columela”. **Revista Brasileira de História** 23, nº 45, 2003, p.281–99.
- KOLENDO, Jerzy. **L’agricoltura nell’Italia romana: tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda repubblica al principato**. Roma: Riuniti, 1980.
- KNUST, José Ernesto Moura. “Entre a literatura agrária latina e a economia rural romana: elementos discursivos e aspectos econômicos em Catão e Varrão”. **ALÉTHEIA - Estudos sobre Antiguidade e Medievo**, nº 1, 2017.
- LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988
- MARÓTI, Egón, “The Vilicus and the Villa-System in anient Italy”. **Oikumene**, vol.1, 1976.
- MARZANO, Annelisa, Roman Villas in Central Italy. **A Social and Economic History**. Leiden e Boston: Brill, 2007.
- SCHEIDEL, Walter. “Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World”. **The Classical Quaterly**, Vol.40, nº 2, 1990.
- REAY, Brendon. Agriculture, Writing, and Cato’s Aristocratic Self-Fashioning. **Classical Antiquity**, v. 24, n. 2, 2005, p. 331–361.
- ROTH, Ulrike. “Inscribed Meaning: The *Vilica* and the Villa Economy”. **Papers of the British School at Rome**, vol.LXXII, 2004.
- ROTH, Ulrike. **Thinking Tools: Agricultural Slavery Between Evidence and Models**. London: Institute of Classical Studies, School of Advanced Study, University of London, 2007.
- ROTH, Ulrike. “To have and to be: food, status and the peculium of agricultural slaves”. **The Journal of Roman Archaeology**, vol.18, 2005.
- SEERGENKO, M.E., “Vilicus”. In: Izabela Biezunska-Malowist (org.), **Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana**. Roma: L’Erma di Bretscheneider, 1986
- TREVIZAM, Matheus. **Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina**. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 2006.